PARECER Nº /2015

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI Nº 45/2015

OBJETO: Desafeta o imóvel público que especifica e autoriza o Município a doá-lo a entidade Pequenas Missionárias Maria Rosa Mística e dá outras providências.

AUTOR: PREFEITO: DELVITO ALVES DA SILVA FILHO.

RELATOR: VEREADOR THIAGO MARTINS.

1. Relatório

De iniciativa do digno prefeito Delvito Alves da Silva Filho, o Projeto de Lei nº 45/2015 que desafeta o imóvel público que especifica e autoriza o Município a doá-lo a entidade **Pequenas Missionárias Maria Rosa Mística** e dá outras providências.

Recebido em 17 de agosto de 2015, o Projeto de Lei nº 45/2015 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no art. 102, I, 'a' e 'g', do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria, sob a relatoria deste Vereador que passa a fundamentar.

2. Fundamentação

A competência do Prefeito para apresentar projeto de lei que discipline sobre os bens públicos municipais à Câmara Municipal encontra-se devidamente albergada pelo disposto no artigo 30 da Lei Orgânica que assim preceitua:

“ Art. 30. Os projetos de lei sobre alienação, permuta ou empréstimo de imóveis do Município são de iniciativa do Prefeito.”

Consta, inicialmente, do Processo Legislativo sob comento, mais precisamente na Mensagem, a intenção de realizar a alienação em favor da entidade baseada no seguinte motivo:

Segundo dados constantes nos documentos encaminhados pela instituição, a construção e instalação do respectivo espaço será de suma importância para apoiar e desenvolver ações em defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, por meio de diversas atividades religiosas e assistenciais.

2.1 Da Destinação Inicial dos Bens Públicos Municipais

Os bens públicos estão descritos no Código Civil Brasileiro (Lei Federal 10.406, de 10 de janeiro de 2002) a partir do art. 99, nos seguintes termos:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

A Administração somente pode fazer a alienação de bens desafetados do uso público e mediante lei autorizadora que estabeleça as condições para sua efetivação (artigos 100 e 101 do Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), conforme leciona Hely Lopes Meireles:

O que a lei civil quer dizer é que os bens públicos são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou para fins administrativos específicos, isto é, enquanto guardarem afetação pública. É evidente que uma praça ou um edifício público não pode ser alienado enquanto tiver essa destinação, mas poderá ser vendido, doado ou permutado desde que desafetado previamente, por lei, de sua destinação originária ¹.

Os requisitos para o procedimento pleiteado estão bem descritos no artigo 25 da Lei Orgânica que deverão ser ponderados um a um logo após a transcrição do normativo citado *in verbis*:

Art. 25. A alienação de bens municipais será sempre precedida de avaliação e observará os seguintes requisitos prévios:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta somente nos seguintes casos:

(...)

*§ 2º A concorrência pode ser dispensada por lei quando o uso se destinar a concessionário de serviço público municipal, a **entidades assistenciais**, educativas ou culturais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.*

Lado outro, o artigo 101 do referido Código Civil deixa claro que os bens públicos dominiais podem ser alienados, observadas as exigências legais que, no caso deste Município, estão previstas na Lei Orgânica e na Lei 1.466, sendo que esta, em seu artigo 2º prevê:

¹ MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro: 29a ed. Malheiros Editores, São Paulo, 2004, p. 512.

“Art. 2º A alienação de bens imóveis municipais será sempre precedida de avaliação e dependerá de autorização legislativa e concorrência.”

2.2. Requisitos da alienação de bem público imóvel

Comprovada a legalidade de se promover a alienação dos bens pretendidos, resta discorrer sobre a alienação das áreas (bens públicos) nos moldes da legislação municipal que requer a observância dos seguintes requisitos: avaliação prévia, autorização legislativa e concorrência. Passa-se a observar o cumprimento dos referidos requisitos:

a) a avaliação prévia foi devidamente observada de acordo com o documento acostado nos autos de fls 47 atribuindo ao bem o valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

b) a autorização legislativa está sendo pleiteada por via do presente projeto de lei; e

c) a obrigatoriedade de processo de concorrência é elidida pelo procedimento de dispensa previsto no inciso VII do parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.466.

Na esfera do Direito Público, as regras para a realização de alienação de bens pertencentes ao domínio público, estão postas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, mais especificamente na Seção VI sob o título: “Das alienações”.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Unaí (art. 25, I, “a”), a doação de bem imóvel deve constar, obrigatoriamente, da lei e da escritura pública, se o donatário não for entidade de direito público, **os encargos correspondentes**, o prazo de cinco anos para o seu cumprimento e a **cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato**. Constam tais providências no parágrafo único do artigo 4º e artigo 5º.

De acordo com o Parecer do Instituto Brasileiro de Administração Municipal nº 2.037/2015, tem-se a sugestão prudente dirigida ao Poder Público de adotar a **concessão de direito real de uso** em detrimento de outras modalidades de alienação, sob o argumento de que

seria a garantia ao poder Público de que não haverá desvio de finalidade do uso do bem, sob pena de revogação do ato de concessão unilateralmente.

Ainda, assim, o nobre Autor decidiu por proceder à doação condicionada e assim foi feito.

Do questionamento de necessidade de processo licitatório para a realização da doação, consta do Parecer n.º 2142/2015, em anexo, que:

A partir do processamento da ADI 927 -3 junto ao STF, até que ocorra o julgamento da citada Ação de Inconstitucionalidade, a doação de bens imóveis pelo Município pode ser feita, estando presente o interesse público, mediante autorização legislativa e prévia avaliação, mas com dispensa de licitação.

2.3 Da Apresentação da Emenda n.º 1 :

Cabe ao Relator propor Emenda com o fito de suprimir o texto do artigo 4º que prevê outro instituto para a alienação, **a concessão de direito real de uso**, em contrariedade ao teor da Mensagem n.º 205, de 10 de agosto de 2015, bem como dos demais dispositivos do projeto, sendo, portanto um erro de elaboração sem qualquer fundamentação na instrução do projeto.

2.4 Aspectos Finais

Quanto ao mérito da proposição epigrafada, sugere-se que o mesmo seja analisado pelas Comissões competentes, quais sejam: **Comissão de Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais e Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas.**

E, ainda, uma vez concluído para apreciação plenária, caso seja aprovado, retorne à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para o fim do disposto no artigo 275 do Regimento Interno desta Casa.

3. Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Lei nº 45/2015 e sua Emenda n.º 1.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 1º de setembro de 2015; 71º da Instalação do Município.

VEREADOR THIAGO MARTINS
Relator Designado

Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 45/2015

Suprima-se o *caput* do artigo 4º do Projeto de Lei n.º 45, de 2015, passa-se o parágrafo único do referido artigo a compor o artigo 3º e renumerem-se os demais artigos.

Unaí (MG), 1º de setembro de 2015; 71º da Instalação do Município.

VEREADOR THIAGO MARTINS
Relator